

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS: um diálogo sobre o contexto da inclusão digital

Education of Young and Adult and technological tools: a dialogue on the context of digital inclusion

Jovina da Silva¹

Geraldo de Castro Gomes²

RESUMO: Este estudo objetiva discutir a necessidade de um diálogo acerca da inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio de ferramentas tecnológicas, as quais devem contribuir para uma educação menos excludente, que insira os discentes na era da Informação, pois esta é um direito de todos e a escola é um espaço de desenvolvimento de valores de uma sociedade democrática e cidadã. O percurso metodológico constitui-se pelo caráter bibliográfico e abordagem qualitativa. Fundamenta-se essa discussão nos autores: Betts (1998), Castells (2013), Freire (1997; 2001), Gomes (2002), Grinspun (2009), Sancho; Hernandez (2006), entre outros. No alcance do objetivo propõe-se responder a seguinte questão: os recursos tecnológicos podem mediar o processo de ensino e aprendizagem em EJA, tendo em vista um bom desempenho docente e discente? Os resultados mostram que as inovações tecnológicas não são boas, nem más, o que o homem faz delas é que define seus benefícios para sociedade e para as diversas áreas do conhecimento. Portanto, os sujeitos envolvidos não podem omitir-se de analisá-las e utilizá-las no processo de ensino e aprendizagem. Infere-se que a aliança entre EJA e tecnologias torna-se necessária à docência no seu tempo e espaço, possibilitando intervenções e posicionamentos no fazer pedagógico, o que pressupõe docentes com uma pedagogia ativa e alunos protagonistas no processo de aprendizagem. Espera-se assim, que esse estudo possa suscitar debates sobre tecnologias digitais em EJA por meio de uma concepção técnico-política, ética e cidadã, sem perder de vista o foco no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Inclusão digital. Ferramentas tecnológicas.

¹ Graduada em Filosofia (UFPI), Pedagogia (FAEL) e Direito (UNIFSA). Especialista em Planejamento Educacional (UFPI), Ensino (UFPI), Administração Educacional (UECE), Avaliação Institucional (UnB), Docência do Ensino Superior (UNIFSA) e Educação a Distância (UNOPAR). Mestre em Educação (UFPI). Professora do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: profjov@hotmail.com

² Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (UFPI) e Pedagogia (UFPI). Especialista em Supervisão Escolar (UFPI), Docência no Ensino Superior (UNIFSA), Arte Educação e Tecnologias Contemporâneas (UnB), Tecnologias na Aprendizagem (SENAC) e Educação a Distância (UCDB). Professor e Coordenador Técnico EaD do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: personalge@gmail.com

ABSTRACT: This study aims to discuss the need for a dialogue about digital inclusion in youth and adult education (EJA), through technological tools, which should contribute to a less exclusionary education that will insert students into the Information Age, since this is a right of all and the school is a space for the development of values of a democratic and citizen society. The methodological path is constituted by the bibliographic character and qualitative approach. This discussion is based on the authors: Betts (1998), Castells (2013), Freire (1997; 2001), Gomes (2002), Grinspun (2009), Sancho; Hernandez (2006), among others. In the scope of the objective it is proposed to answer the following question: can technological resources mediate the teaching and learning process in EJA, in view of a good teaching and student performance? The results show that technological innovations are neither good nor bad, what man does of them is that it defines its benefits for society and for the different areas of knowledge. Therefore, the subjects involved can not omit to analyze them and use them in the process of teaching and learning. It is inferred that the alliance between EJA and technologies becomes necessary for teaching in its time and space, allowing interventions and positions in the pedagogical making, which presupposes teachers with an active pedagogy and students protagonists in the learning process. It is hoped, therefore, that this study may stimulate debates about digital technologies in EJA through a technical-political, ethical and citizen conception, without losing sight of the focus on the world of work.

Keywords: Youth and Adult Education. Digital inclusion. Technological tools.

1. INÍCIO DE CONVERSA

Na sociedade contemporânea, caracterizada por um contexto sócio-político, econômico e cultural de mudanças rápidas, não há como se ignorar os avanços do conhecimento e das tecnologias. Em qualquer atividade, depara-se com ferramentas tecnológicas que são compartilhadas por meio das mídias digitais. As inovações tecnológicas não são boas e nem más, o que o homem faz delas é que define seus benefícios para sociedade e para as diversas áreas do conhecimento. Portanto, na educação, os sujeitos envolvidos não podem omitir-se de analisá-las e utilizá-las no processo de ensino e aprendizagem.

Considerando-se as exigências profissionais e sociais atuais, busca-se neste estudo, de caráter bibliográfico e abordagem qualitativa, discutir a necessidade de um diálogo de inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio de ferramentas tecnológicas, visando enfrentar os desafios que essa modalidade de

ensino enfrenta no uso das tecnologias, de forma que contribua para uma educação menos excludente, que insira os discentes em uma sociedade na era da Informação, pois esta é um direito de todos e a escola é um espaço que contribui para desenvolvimento de valores de uma sociedade democrática e cidadã.

A discussão aqui apresentada surgiu a partir da constatação das fragilidades dessa modalidade de ensino pelos autores, por oportunidade de contato com as escolas de EJA, ao realizarem levantamento de informações solicitadas em disciplinas do curso de Pedagogia. Nessa perspectiva, buscou-se suporte nos autores: Betts (1998), Castells (2013), Freire (1997; 2001), Gomes (2002), Grinspun (2009), Sancho; Hernandez (2006), entre outros.

No alcance do objetivo proposto, propõe-se a responder a seguinte questão: Os recursos tecnológicos podem mediar o processo de ensino e aprendizagem em EJA, tendo em vista um bom desempenho docente e discente? O texto aborda no item 1, a introdução, no 2, a EJA, enfocando os aspectos sócio-históricos e legais; o 3, trata de educação e inclusão digital, discutindo sua interface pedagógica nessa relação e ainda, no 4 item, trata-se da inclusão digital no ambiente escolar de EJA.

2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E LEGAIS

No Brasil, uma educação para adultos existe desde o período colonial, com foco na catequização, o que desqualifica o objetivo de processo educativo propriamente dito. A literatura sobre a temática mostra que no Brasil Império, houve reformas educacionais relacionadas à educação, entretanto, a valorização da EJA, como ato doutrinário se efetivou bem mais tarde, no século XX, para atender o desenvolvimento industrial, porém com caráter de Educação Tecnista.

Nesse contexto de industrialização, tornou-se essencial a formação de mão de obra qualificada, no que diz respeito às competências de leitura, escrita e realização de operações matemáticas simples. Diante dessa necessidade, a escolarização foi pensada e implementada pelo fato de a maior parte da população adulta não possuir essas habilidades exigidas pelo mercado de trabalho. A escola não teve outra saída, senão repensar seu currículo e passou a incorporar na sua proposta de trabalho pedagógico, a formação técnica, isto é, a preparação para o mercado de trabalho.

Nessa trajetória, na busca pela sua consolidação, a Constituição de 1934, pela primeira vez, estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação (PNE), que indicava a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos. A partir da Revolução de 1930, as mudanças políticas e econômicas permitiram o início da implementação de um sistema público de educação elementar no país.

No século XX, a EJA ganhou espaço por meio da criação de um fundo para Alfabetização de Adultos, em meados de 1940, depois, com a criação da UNESCO e a primeira campanha do governo, reforçou-se a importância da educação de adultos analfabetos no país (CUNHA, 1999).

Na Década 40, surgiram iniciativas políticas e pedagógicas que ampliaram a educação de jovens e adultos, tais como:

- Criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP);
- Criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP);
- Surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo;
- Lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e outros.

Essas iniciativas permitiram que a educação de adultos se colocasse como uma questão nacional. Por outro lado, os movimentos internacionais e organizações como a UNESCO, exerceram influência, reconhecendo os trabalhos que vinham sendo realizados no Brasil e estimulando a criação de programas nacionais de educação de analfabetos adultos. A EJA passou a ser objeto de estudo e questionamento, por meio de congressos, publicações e discussões a respeito do seu processo educativo. Da década de 50 até a década de 60, em meio a tantas discussões e busca de reformas, adotou-se o método Paulo Freire na EJA (SOARES, 1996).

Em 1946, com a instalação do Estado Nacional Desenvolvimentista, houve um deslocamento do projeto político do Brasil, passando do modelo agrícola e rural para um modelo industrial e urbano, o qual gerou a necessidade de mão de obra qualificada e alfabetizada. Já em 1947, o MEC promoveu a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), com duas estratégias: planos de ação extensiva

(alfabetização de grande parte da população) e planos de ação em profundidade (capacitação profissional e atuação junto à comunidade).

Dessa forma, o objetivo não era apenas alfabetizar, mas aprofundar o trabalho educativo. Essa campanha, denominada CEAA, atuou no meio rural e no meio urbano, possuindo objetivos diversos, mas diretrizes comuns.

Na sequência, em 1952 foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), inicialmente ligada à Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). A CNER caracterizou-se, no período de 1952 a 1956, como um mecanismo promotor do processo de desenvolvimento de comunidades no meio rural brasileiro. Nos anos 50, foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos. Seus organizadores compreendiam que a simples ação alfabetizadora era insuficiente, devendo dar prioridade à educação de crianças e jovens. Em 1963, a citada campanha foi extinta, juntamente com as outras campanhas até então existentes.

Em 1958, foi realizado o segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, objetivando avaliar as ações realizadas na área e visando propor soluções adequadas para a questão. Foram feitas críticas à precariedade dos prédios escolares, à inadequação do material didático e à qualificação do professor.

Na década de 60, com o Estado associado à Igreja Católica, novo impulso foi dado às campanhas de alfabetização de adultos. No entanto, em 1964, com o golpe militar, todos os movimentos de alfabetização que se vinculavam à ideia de fortalecimento de uma cultura popular foram reprimidos. O Movimento de Educação de Bases (MEB) sobreviveu por estar ligado ao MEC e à igreja Católica. Todavia, devido às pressões e à escassez de recursos financeiros, grande parte do sistema encerrou suas atividades em 1966.

Nos anos 70, veio a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 5.692/71, que assegura o papel do Estado no atendimento da escolarização da EJA e, em seu artigo 24 até o artigo 28, mostra essa modalidade de educação como sendo parte do ensino supletivo, isto é, uma forma de ensino que suprisse a defasagem de escolarização que os adultos tinham. Essa legislação ainda propõe os objetivos e o funcionamento do ensino supletivo, que poderia ser realizada tanto de forma presencial em classes, como a distância, mediante correspondência, televisão

ou via rádio. Na sequência no contexto de democratização do país, nos anos 80, a educação ganha novo enfoque e a EJA passa ter nova trilha conceptual.

A leitura conceptual acerca de EJA permite o entendimento de que seus alunos trazem consigo uma longa história de conhecimentos acumulados, bem como, vivências sobre o mundo e as pessoas. Portanto, diagnosticar as suas características, interesses e necessidades é importante para o educador obter sucesso e garantir que não ocorra discriminação e exclusão.

O ambiente escolar deve ser propício para que os jovens e adultos sejam respeitados, tendo o direito de participar ativamente, o que contribui para elevar sua autoestima. No entanto, percebe-se ainda, dificuldades no trabalho pedagógico com essa parcela educativa, pois os índices de evasão são muito altos, o material didático utilizado é inadequado para a faixa etária, os conteúdos não são significativos, as metodologias infantilizadas e horários de aulas que não respeitam a rotina de quem estuda e trabalha.

Nessa perspectiva, o docente que trabalha com esse público deve ter uma sensibilização especial, para atender com qualidade à demanda de educação básica dessa população. Com isso, é preciso implantar curso de formação continuada para profissionais de EJA e introduzir disciplinas relativas a essa modalidade de ensino nos currículos dos cursos de formação de professores em nível superior, bem como produção de material adequado aos interesses dessa demanda.

A EJA vem conquistando, mesmo que timidamente, um espaço cada vez mais importante no cenário mundial, como afirma Soares (2001). Não há como pensar a EJA sem enfatizar a necessidade de formação continuada dos professores atuantes nessa modalidade de ensino. Nesse sentido, reconhece-se que o professor deve ressignificar a sua visão de aluno e conseqüentemente, as concepções de ensino e aprendizagem da EJA, o que contribuirá para impulsionar o desenvolvimento profissional. Os estudos de Machado (2000, p. 12) apontam para a

Existência de dificuldades enfrentadas pelos professores em sua prática e da necessidade de uma preparação específica dos professores que atuam na EJA, primando pela articulação teoria/prática, que inclua a superação da desarticulação entre as propostas pedagógicas de formação e os objetivos específicos da EJA.

O contexto sócio-histórico e legal, mostra progressos e retrocessos da EJA, desde as primeiras iniciativas ao momento atual. Entretanto, essa modalidade de ensino e aprendizagem, ainda possui muitos desafios, tais como: atualização curricular, inadequação de livros e metodologias, capacitação docente irrisória para atender a esses alunos jovens ou adultos, a falta de investimento do governo e a dificuldade de acesso, e, em especial, a inexistência do uso das tecnologias no contexto escolar, questões essas que necessitam ser analisadas, para uma oferta de EJA com qualidade, promovendo a inclusão digital.

3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E INCLUSÃO DIGITAL: INTERFACE PEDAGÓGICA

A ampliação da informatização das instituições que compõem a sociedade nas últimas décadas, desafia cada vez mais os sujeitos para o processo de inclusão digital, o que requer o uso de recursos tecnológicos. Nessa perspectiva, a escola constitui um espaço importante no desenvolvimento de habilidades necessárias, capazes de fazer imergir as ferramentas tecnológicas a serviço de uma metodologia de ensino e aprendizagem participativa, que facilite a interação dos estudantes no processo de inclusão nessa sociedade da informação, diminuindo assim, as diferenças sociais.

Dessa forma, ao se utilizar diferentes ferramentas tecnológicas na educação, que colaboram para a apropriação de um ambiente de comunicação, exige-se que se entenda que as tecnologias de rede precisam fazer parte do cotidiano escolar. A valorização do aprendizado por meio desses recursos é o caminho a ser adotado a favor do desenvolvimento das várias formas de pensar e interagir. Sendo assim, as tecnologias necessitam ser analisadas e apropriadas pelos docentes, os quais têm um papel fundamental neste processo.

Considerando esses pressupostos, esse item objetiva apresentar o tema de inclusão digital no ambiente escolar de EJA, enfocando as interfaces na prática docente com o uso de recursos tecnológicos, tendo o aluno como sujeito no espaço de interação e comunicação de novas formas de colaboração, interatividade, conhecimento e cidadania.

Percebe-se que, mesmo com abundância de tecnologias que podem contribuir para o ensino e a aprendizagem em sala de aula, em todas as

modalidades de ensino, ainda observa-se que as metodologias utilizadas na EJA, ainda seguem o mesmo modelo da Educação Bancária, criticado por Paulo Freire, grande defensor da educação da pessoa adulta. Freire em muitas de suas obras, tais como: a *Pedagogia da Autonomia* (1997), dentre outras, se apresenta como apoiador de uma forma de educação progressista e democrática, que visa a emancipação do aluno, em que ele possa participar no seu processo de aprendizagem e avaliação de forma crítica e autônoma (FREIRE, 2001).

A concepção progressista de Freire é contrária à concepção da Educação Bancária, pois nesta, o aluno é mero receptor dos conteúdos, sem autonomia e reflexão sobre sua própria aprendizagem. O professor é o detentor de conhecimentos e tem como principal função, depositar o conteúdo nas mentes dos alunos, consideradas vazias por ele. Essa forma de ensino e aprendizagem utiliza recursos restritos, somente o uso de livros, cópia em cadernos do que é apresentado no quadro e o aluno é avaliado não pelo que tem aprendido, mas pelo que ele memorizou.

No contexto atual, essa Educação Bancária ainda é adotada, principalmente na EJA, em que os livros se tornam o centro do ato educativo, que, por sua vez, são inadequados para essa modalidade de ensino. Nesse sentido, a inclusão digital passa pelo processo de ensino e aprendizagem, na medida em que desenvolve a capacidade de os sujeitos interagirem e compartilharem decisões/informações que propiciem a lógica da informação a serviço da interatividade e da formação cidadã.

O termo tecnologia tem origem na palavra técnica, um recurso utilizado para atender as necessidades humanas. A técnica ou instrumento, desde o início da humanidade foi adotada como forma de sobrevivência, e, com o tempo, foi aprimorada para a satisfação das necessidades dos sujeitos (GRINSPUN, 2009). Entretanto, a tecnologia nos moldes que se conhece atualmente, teve sua configuração a partir do fim do século XX e início do século XXI, com a ampliação dos meios de comunicação e informação e com o processo da globalização.

Nessa compreensão, o uso de tecnologias digitais de forma generalizada, nos ambientes diversos da vida cotidiana, faz-se perceber que se está rodeado dessas ferramentas a serviço da sociedade e viabilidade dos processos, facilitando, criando e intervindo no mundo e, a escola de EJA precisa inserir-se nesse contexto. Sendo assim, as tecnologias estão cada vez mais disponíveis no mercado e presentes na escola, tornando-se importante, sua inserção como recurso didático-

pedagógicos na prática pedagógica. Conforme Sancho; Hernandez (2006, p. 16), as tecnologias possibilitam as seguintes contribuições:

- Alteram a estrutura de interesses, o que tem consequências importantes na avaliação do que se considera prioritário, importante, fundamental ou obsoleto e também na configuração das relações de poder;
- Mudam o caráter dos símbolos, quando o [...] ser humano começou a realizar operações comparativamente simples [...], passou a mudar a estrutura psicológica do processo de memória, ampliando-a para além das dimensões biológicas do sistema nervoso humano. [...];
- Transformam a natureza da comunidade. Neste momento, para um grande número de indivíduos, esta área pode ser o ciberespaço, a totalidade do mundo conhecido e do virtual.

Dessa forma, uma prática docente exitosa e inovadora em EJA, deve incluir os recursos tecnológicos como facilitadores das transformações que se necessita. Bonilla (2005) afirma que mais do que um avanço no desenvolvimento da técnica, esses recursos representam “uma virada conceitual, à medida que essas tecnologias não são mais apenas uma extensão dos sentidos humanos, onde o logos do fazer, um fazer mais e melhor, compõe a visão do mundo”. Acrescentando a esse entendimento, o autor preleciona que as tecnologias operam com proposições sobre o próprio pensamento, o qual é coletivo, encontra-se disperso, horizontalmente, na estrutura em rede da sociedade contemporânea, incentivando o processo de inclusão digital.

A inclusão digital caracteriza-se como uma tentativa de garantir às pessoas, o acesso às tecnologias da informação e exprime a melhoria das condições de vida de uma determinada região ou comunidade com a mediação da tecnologia. A expressão nasceu do termo “digital divide”, que, em inglês, significa algo como “divisória digital”. Hoje, considerando o contexto, é comum empregar-se expressões similares, como democratização da informação, universalização da tecnologia e outras variantes parecidas e politicamente corretas como preleciona Castells (2013). Em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também, melhorar os quadros sociais, econômicos, culturais a partir do uso das ferramentas tecnológicas.

Vale ressaltar que, os próprios professores ainda sentem dificuldades em interagir com essas tecnologias, por ter receio de aplicá-las. Segundo Scheffer *et al.*

(2006, p. 13), “novas possibilidades são oferecidas pelos sistemas multimídia e ambientes exploratórios que atuam como facilitadores da aprendizagem”. A referida autora cita como possibilidades, os softwares educativos, os quais se definem como um conjunto de recursos informáticos projetados com a intenção de serem utilizados em contextos de ensino e de aprendizagem. Ao se utilizar uma ferramenta tecnológica, ela precisa estar prevista em um planejamento e ação, bem pensada para produzir e oferecer mudanças que são desejadas. Conforme Sampaio (2014, p. 17):

O fato da escola não ter absorvido totalmente as condições de usufruir de novas tecnologias, se justifica, em parte, o ensino tradicional que vem sendo aplicado, pois os professores ainda possuem a visão de que inserir uma tecnologia em sala de aula não complementaria a aprendizagem dos conteúdos propostos.

Conforme Betts (1998) é importante ter como base de que essas tecnologias educacionais, sem um objetivo concreto, são inválidas. Conforme esse autor:

Não podemos isolar a tecnologia do conjunto da prática educativa, porque, por si só, é burra. Existe a necessidade de intervenção de uma ação docente para que ocorra a construção do conhecimento. Nós, seres humanos, somos por natureza seres aprendentes e, conscientemente ou não, os facilitadores da construção do nosso próprio conhecimento. (BETTS, 1998, p. 26)

Portanto, se faz necessário que os docentes utilizem esses recursos facilitadores do ensino e aprendizagem, como meios e não como fim em si mesmo, isto é, devem ser vistos como recursos complementares e necessários. Sancho; Hernandez (2006, p. 19) afirmam que “a principal dificuldade para transformar os contextos de ensino com a incorporação de tecnologias diversificadas de informação e comunicação parece se encontrar no fato de que a tipologia do ensino dominante na escola é a centrada no professor”. Por outro lado, torna-se essencial a compreensão das vantagens e riscos do usos dessas ferramentas. Menezes (2010, p. 122) afirma que:

Os sistemas de comunicação evoluem com extrema rapidez e essa dinâmica é parte da vertiginosa modernidade em que estamos imersos. Não podemos nos deslumbrar com essas novidades ou ficar apreensivos pelo perigo de que substituam nossa função de educar. Mas não devemos ignorar as possibilidades que eles abrem para

aperfeiçoar nosso trabalho, como o acesso a sites de apoio e atualização pedagógica ou a programas interativos para alunos com dificuldades de aprendizagem.

Esse autor diz que não se pode cobrar um bom desempenho das escolas se elas estiverem décadas atrás do que já se tornou trivial nas práticas sociais. Isso é uma realidade, pois há escolas com salas de informática, que a estrutura física aparentemente sustenta a ideia de escola munida de tecnologias, porém, não há apropriação das mesmas, o que acaba tornando o uso obsoleto, uma vez que os docentes, muitas vezes, não estão preparados para utilizar essas tecnologias.

As tecnologias digitais vão além de computadores, outras ferramentas já estão familiarizadas na escola, como o uso de calculadoras científicas, televisores, *datashow* e, até mesmo, os celulares. Eles podem, sim, ser considerados como tecnologias de informação e comunicação, pois possuem grande contribuição para um ensino estruturado e inovador.

Não se pode omitir-se às tecnologias digitais, os próprios alunos têm amplamente acessibilidade, então porque não tentar incluí-las em uma atividade de aula, uma vez que oferece muitas possibilidades didáticas. O professor precisa estar ciente e compreender em quais situações, a utilização da tecnologia irá contribuir no aprendizado do aluno e na aquisição de habilidades como futuro profissional.

Em se referenciando a aquisição do perfil profissional, Betts (1998, p. 28) ressalta que “além de transformar-se num aprendiz vitalício e ser responsável pela própria carreira, o trabalhador, para ter sucesso na era do conhecimento, terá de desenvolver outras competências”. O docente que insere recursos tecnológicos na sua prática pedagógica para o desenvolvimento de habilidades, assume um papel de mediador do conhecimento de uma forma participativa e democrática, como diz Meneguelli (2010, p. 49).

[...] O fato é que nossos alunos são formados dentro da cultura digital e profundamente influenciados por ela. Com a democratização do uso da internet, o crescimento do número de lanhouses, o barateamento dos computadores, e mesmo a implantação de programas do governo destinados à informatização das escolas, não há por que trabalhar usando somente o quadro e o giz.

A leitura desses pressupostos remete ao entendimento de que, as tecnologias não podem ser consideradas como mero instrumento que possa

explorar os conteúdos das aulas, mas como um meio de facilitar a prática docente, oportunizando aos alunos, o desenvolvimento de habilidades tecnológicas básicas para inserção na sociedade da informação e no mundo do trabalho.

4. A INCLUSÃO DIGITAL NO AMBIENTE ESCOLAR DE EJA: CAMINHO EM CONSTRUÇÃO

A inclusão digital é um tema bastante recorrente na atualidade. As necessidades oriundas das atuais exigências sociais, determinadas pelo desenvolvimento tecnológico, evidenciam diferentes perfis de excluídos digitais. Nesse sentido, entre as formas de exclusão, encontram-se os excluídos digitais não alfabetizados, como exemplo, uma pessoa não alfabetizada diante de uma simples máquina eletrônica de caixa rápido para sacar o dinheiro de sua aposentadoria, ou em uma urna eletrônica no momento tão específico, o de votar.

Essas questões remetem a outras, de âmbito educacional: como incluir digitalmente adolescentes, jovens e adultos que sequer tiveram acesso à escolarização formal, de modo que, simultaneamente à sua alfabetização, deixaram de adquirir as habilidades necessárias para atuarem no mundo da tecnologia.

Referente a inclusão/exclusão digital na modalidade EJA, essa é uma temática em debate e coloca em desafio os profissionais da educação, pois perpassa pelos problemas do analfabetismo elementar da leitura e escrita, no processo do ensino aprendizagem de jovens e adultos na busca pela erradicação de problemas educacionais nacionais e locais. Entretanto, pouco se ouve falar sobre a erradicação do “analfabetismo digital” desse grupo específico (SANTOS *et al.* 2012). Portanto, o uso das tecnologias digitais nas escolas da EJA, deve ter destaque como condição necessária para os jovens e adultos terem acesso às informações.

A EJA vem enfrentando desafios na sociedade da informação, pois a disseminação das tecnologias chegou inevitavelmente às salas de aulas. Nessa perspectiva, essa modalidade de ensino necessita inserir no seu processo de ensino e aprendizagem as tecnologias, para que os sujeitos se apropriem de forma inclusiva e democrática e cidadã. Nesse sentido, quando um cidadão é incluído digitalmente, entende-se que ele está inserido na sociedade da informação de

modo a participar pelo uso das tecnologias com livre acesso à informação. Na conceptualização de inclusão digital, Teixeira (2010, p. 39) ressalta que:

[...] Assim, propõe-se o alargamento do conceito de inclusão digital para uma dimensão reticular, caracterizando-o como um processo horizontal que deve acontecer a partir do interior dos grupos com vista ao desenvolvimento de cultura de rede, numa perspectiva que considere processos de interação, de construção de identidade, de ampliação da cultura e de valorização da diversidade, para a partir de uma postura de criação de conteúdos próprios e de exercício da cidadania, possibilitar a quebra do ciclo de produção, consumo e dependência tecnocultural.

Dessa forma, a inclusão de ferramentas tecnológicas no processo de ensino e aprendizagem interativa em EJA, torna-se de fundamental importância, a partir do uso da internet, de hipertextos, imagens e vídeos que irão proporcionar um novo mundo e uma nova linguagem, de forma articulada com a realidade dos sujeitos aprendentes.

Nessa perspectiva, torna-se essencial o domínio das ferramentas tecnológicas na vida das pessoas, com a contribuição da educação básica e superior, principalmente contando com atuações efetivas nas escolas, contribuindo para os educandos adquirirem novos modos de aprender, utilizando ferramentas e/ou recursos didático-pedagógico e provocando a inclusão desde cedo aos jovens e adultos, inclusive por meio de cursos de capacitação (GOMES, 2002).

Entretanto, na modalidade EJA, a implantação da inclusão digital encontra mais barreiras e também, é nela que mais se deveria ter atenção, o que gera desafios e discussões. “Estes indivíduos já estão excluídos da sociedade por não saberem ler e escrever e com o advento das tecnologias, estes sujeitos se tornam também excluídos digitalmente” (FRANCO, 2003, p. 219). Dessa forma, faz-se necessário que os alunos tenham acesso às tecnologias digitais para aderirem aos avanços do conhecimento e também, desenvolver competências para a sua utilização como um auxílio na alfabetização. Neste sentido, Moraes (1999, p. 123) aponta que:

[...] é preciso formar os indivíduos para uma nova cidadania, que possam ser capazes de participar efetivamente da vida social e política, assumindo tarefas e responsabilidades. Mas um cidadão ou cidadã que saiba se comunicar nos mais diferentes níveis, dialogar num mundo interativo e interdependente, impregnado dos

instrumentos de sua cultura, utilizando-os para sua emancipação, transformação, libertação e transcendência. Acreditamos que caberá à educação desenvolver competências fundamentais no sentido de capacitá-lo para assumir o comando da própria vida, para uma participação mais direta, efetiva e responsável na vida em sociedade. Educá-lo para que seja membro de uma cultura moderna, capaz de integrar o sistema produtivo fazendo uso dos insumos e produzindo em harmonia com o seu meio natural e social. Educá-la para que seja um consumidor consciente, capaz de tomar posse das informações produzidas no mundo e que afetam sua vida como cidadã.

O processo educativo, nessa concepção, torna-se necessário que o professor mude as concepções acerca de qual a maneira certa de haver inclusão digital. Segundo Rebêlo (2005), é comum haver o pensamento de que, para incluir digitalmente, é preciso não somente dar oportunidade para as pessoas terem contato com os computadores e ensiná-las a mexer com as ferramentas. Além disso, há falta de programas específicos e de espaços de aprendizagem detalhados, assim como: *softwares* de exercício e prática, tutoriais, jogos educacionais, de simulação, resolução de problemas e pacote Office. Tudo isso, a fim de que os poucos que possuem conhecimento possam utilizá-lo para benefício próprio, e os que não obtiveram esse conhecimento, o professor deve utilizar uma metodologia inclusiva para o acesso das tecnologias digitais.

Essa compreensão remete ao questionamento: como incluir jovens e adultos nessa sociedade digital, como concretizá-la no ensino e aprendizagem, em especial em sala de aula? Trata-se de situações que geram um grande desafio para todo educador, pois, muitos deles, também não têm habilidade e experiência com as ferramentas tecnológicas educacionais, e por isso, para garantir a inclusão digital de jovens, adultos e idosos, que estão em processo de alfabetização é necessário que o professor faça adequação dos métodos, uso do material didático e ferramentas propiciadoras de aprendizagem significativas mediadas pelas tecnologias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que o domínio teórico-conceitual sobre tecnologias digitais na escola de EJA, vista como recurso na mediação do ensino pelo professor e na aprendizagem pelo aluno, representa uma via de sucesso,

respondendo às demandas emergentes, decorrentes da presença e intervenção dos avanços tecnológicos na sociedade, no mundo do trabalho e na vida humana.

Nesse cenário, constata-se que a dimensão acerca da apropriação dos recursos tecnológicos, seja no âmbito escolar ou mesmo no cotidiano do aluno, implica em compreender que incluir digitalmente é disponibilizar a tecnologia a serviço do sucesso humano e fazer dela, um instrumento de ensino e aprendizagem, rumo a inclusão social. Essas possibilidades constituem um processo de colaboração em rede, em especial na EJA, ambiente de troca de informações e conhecimentos, fazendo valer a cidadania, exercendo-a de uma forma democrática e consciente.

Espera-se assim, que a discussão apresentada neste trabalho possa contribuir e suscitar debates sobre tecnologias digitais em EJA, por meio de uma concepção técnico- política, ética e cidadã, sem perder de vista, o foco no mundo do trabalho. A aliança entre EJA e tecnologias compreende uma base necessária à docência no seu tempo e espaço, assumindo intervenções e posicionamentos no fazer pedagógico, que pressupõe docentes com uma pedagogia ativa e alunos protagonistas no processo de aprendizagem.

Dessa forma, a EJA mediada pelas tecnologias, potencializa o ensinar e o aprender, numa construção coletiva em que os sujeitos superam os limites antes postos por uma educação tradicional e hierarquizada. Nessa atual configuração, o aluno é considerado um ser pensante, que articula por meio de ações concretas de transformação do conhecimento e do meio em que está inserido.

REFERÊNCIAS

BETTS, Davi Nelson. Novos paradigmas para a educação. **Revista do Cogeime**, v.13, 1998.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Escola aprendente**: para além da sociedade da informação. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CUNHA, C. M. D. Introdução: discutindo conceitos básicos. In: **SEED-MEC Salto para o futuro**: Educação de jovens e adultos. Brasília: MEC, 1999.

FRANCO, M. G, Inclusão digital: uma proposta na alfabetização de jovens e adultos, IX Workshop de Informática na Escola. **Anais...** São Paulo: WIE, 2003.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOMES, N. G., Os computadores chegam à escola: e, agora professor? IV Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. **Anais...** Florianópolis, 2002.

GRINSPUN, Miriam P. S. Zippin. **Educação tecnológica**: desafios e perspectivas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, Nilson José. **Educação**: projetos e valores. São Paulo: Escrituras, 2000.

MENEGUELLI, Flaviana. O novo perfil do professor: usar as novas tecnologias. **Nova Escola**, São Paulo, Ano XXV, Nº236, out. 2010.

MENEZES, Luis Carlos de. Ensinar com a ajuda da tecnologia. **Nova Escola**. São Paulo, Ano XXV, Nº 235, set. 2010, p. 122.

MORAES, M. C. Novas Tendências para o uso das Tecnologias da Informação na Educação. In: FAZENDA, I. *et al.* **Interdisciplinaridade e novas tecnologias**. Campo Grande: UFMS, 1999.

SAMPAIO, Julio Cesar Alves. **Potencializando a gestão escolar com as tecnologias digitais**. 2014. 43 f. Monografia (Especialização em Gestão Escolar) - Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SANCHO, Juana Maria; HERNANDEZ, Fernando *et al.* **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTOS, J. D. A; ROSA, A. C.; MELO, A. K. D. O uso das tecnologias na Educação de Jovens e Adultos: reflexões sobre um relato de experiência. In: 3º Simpósio Educação e Comunicação – infoinclusão: possibilidades de ensinar e aprender. **Anais...** 17 a 19 de setembro de 2012.

SCHEFFER, N. F.; NAVA, A. L.; AIMI, S.; DALAZEN, A. B; ANDRETTA, F. C.; CORREA, R. M. **Matemática e tecnologias**: modelagem matemática. Erechim: EDIFAPES, 2006.

SOARES, L. J. G. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. **Revista Presença Pedagógica**, v. 2, n. 11, Dimensão, set/out, 1996.

SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: RIBEIRO, Vera Masagão. **Educação de Jovens e Adultos**: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura no Brasil - ALB; Ação Educativa, 2001.

REBÊLO, P. **Inclusão digital**: o que é e a quem se destina. Reportagem publicada em 12/05/2005. Disponível em: < <http://webinsider.uol.com.br/2005/05/12/inclusaodigital-o-que-e-a-quem-se-destina/> >. Acesso em: 10 out. 2018.

TEIXEIRA, Adriano Canabarro. **Inclusão digital**: novas perspectivas para a informática educativa. Ijuí: Unijuí, 2010.